



Primeira infância saudável = atendimento integral

» JAQUELINE WENDLAND

Professora, pesquisadora e diretora de mestrado na Universidade Paris Descartes (Paris V) e psicóloga clínica na Unité Petite Enfance et Parentalité Vivaldi, Hospital Pitié-Salpêtrière, Paris

Sou brasileira, mãe, psicóloga clínica e professora na área da primeira infância e da parentalidade na França, onde vivo há 19 anos. Porém, nunca me distanciei do Brasil, onde cresci e me formei, e onde vive minha família, que visito ao menos uma vez por ano. Por quatro anos tenho participado como conferencista das Semanas de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, no Senado Federal, e volto para a 6ª edição, de 18 a 21 de novembro. Ainda que diferenças culturais devam ser ressaltadas e respeitadas, trago uma comparação entre esses dois países que creio valer a pena comentar.

Na França, o cuidado com a primeira infância se organiza em torno de redes multidisciplinares perinatais e de primeira infância, que oferecem cuidados médicos e psicológicos da gestação até os 6 anos, com atendimentos, visitas em domicílio, grupos para pais e locais de encontro abertos e gratuitos para pais e filhos. A coordenação dos cuidados básicos, necessariamente integrais nesta área, é central no dispositivo francês. Cada setor tem seu grupo de profissionais, que se conhecem e acompanham as famílias desde o pré-natal até o fim da primeira infância.

Grande ênfase é dada à prevenção. Enfermeiras puericultoras assumem papel fundamental ao realizar visitas em domicílio em função das necessidades de cada família. Elas têm formação e supervisão no desenvolvimento infantil e na detecção das dificuldades parentais e infantis e asseguram a orientação e o encaminhamento da família até os serviços especializados, se necessário. As situações comportando riscos (médicos ou psicológicos) são assinaladas em reuniões semanais ou mensais. Existem também equipes móveis, que se deslocam para onde são detectadas situações de risco, fazendo visitas, inclusive no meio rural. Isso mostra a importância que se dá ao desenvolvimento integral e à preservação da saúde, tanto dos pais quanto dos filhos.

O período perinatal e a primeira infância são momentos ideais para ações de prevenção em saúde física e mental dirigidas não somente à criança, mas a todo o grupo familiar. A saúde nos primeiros anos de vida constitui ítem prioritário em matéria de saúde pública, podendo as falhas ter custos importantes e prolongados para a sociedade. Mas não basta somente identificar riscos e dificuldades, deve-se desenvolver estruturas dedicadas à primeira infância, capacitadas para prevenir, identificar e tratar as dificuldades da criança e de seus pais. Para tanto, é indispensável que profissionais de saúde sejam bem formados e



supervisionados para detectar e orientar crianças e famílias em dificuldade.

Na França, crê-se que limites aplicados de forma coerente fazem as crianças se sentirem seguras e protegidas e isso começa com a segurança física e psicológica assegurada pela família e pelo Estado. Já no Brasil, essa proteção parece ainda uma meta distante de ser atingida. Ainda não existe uma política que garanta os cuidados básicos necessários ao bom desenvolvimento psicossocial da criança. A educação básica apresenta lacunas em vários aspectos e a saúde pública muitas vezes ignora a profilaxia e a prevenção. Tenho também participado das audiências públicas conjuntas na Comissão de Educação durante as Semanas de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, no Senado, e percebo que o quorum de congressistas é sempre muito baixo, quando deveria ser, a meu ver, obrigação. Afinal, é a oportunidade real de se discutir com afinco a questão da prevenção com ação direta nas crianças.

Já se sabe que as raízes da violência estão na primeira infância. Maus-tratos e carências sofridos nesses primeiros anos e problemas enfrentados pela mãe na gravidez podem repercutir anos mais tarde. Como no dito popular, “cortar o mal pela raiz” é sempre a solução, pois mais tarde só restará a punição. É preciso investir em especial nessa fase da vida para não ter de gastar em presídios depois. Uma nota positiva é o PIM (Primeira Infância Melhor) no Rio Grande do Sul, que realiza com a área de saúde um programa de profilaxia, acompanhando as famílias nos cuidados básicos com as crianças, dando suporte às mães nessa fase em que a depressão materna é um fato real, atingindo até 20% das mulheres.

O acompanhamento integral da família no período perinatal e na primeira infância não é uma meta ilusória, mas exige investimento por parte dos profissionais e dos atores do poder público para que possa se disseminar e deixar frutos para as gerações futuras.

O Brasil precisa criar municípios

» ANTONIO LASSANCE E PAULO DE TARSO LINHARES

Técnicos de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

» GABRIEL DE SOUZA BARBOSA

Pesquisador bolsista do Ipea

Foi vetado o projeto de lei que regulamentaria a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Com isso, retorna-se à estaca zero assunto que demorou 17 anos para ser definido pelo Congresso Nacional. A proposta havia sido aprovada, recentemente, na Câmara dos Deputados, por 319 votos a favor e apenas 32 contrários. No Senado, angariou 53 votos favoráveis, contra cinco. Teve amplo apoio em todos os partidos, tanto na base governista quanto na oposição, em entendimento mais que suficiente até mesmo caso se tratasse de emenda constitucional. O Congresso tem agora 30 dias para manter ou derrubar o veto. Mais importante que isso, é preciso esclarecer o que está em jogo.

O Brasil é um país que apresenta alto dinamismo demográfico, com regiões que se desenvolvem muito rapidamente e atraem expressivos contingentes populacionais. Em alguns estados, há distritos muito populosos que ficam a mais de 400km da sede dos municípios. Será possível congelar um município como Altamira, no Pará, com mais de 700km em sua maior extensão e quase 100 mil habitantes? Em sentido contrário, há municípios que diminuiriam significativamente de tamanho, com tendência até de se tornarem cidades fantasma.

Para ambos os casos, é preciso ter regras não só para criar, mas também para estimular a fusão de localidades que, eventualmente, não tenham mais razão de existir. Deixar o problema sem regra não é mais eficiente, do ponto de vista administrativo; nem mais responsável, do ponto de vista fiscal;

e certamente não será mais efetivo, em termos da dinâmica atual do federalismo brasileiro.

As cidades são organismos vivos. Desde 1996, porém, foram colocadas de castigo num canto da sala. Já não era sem tempo que alguma regulamentação viesse a despertar o assunto da sonolência em que hibernava havia quase duas décadas. A divisão política do Estado brasileiro deve ser compreendida à luz das preferências dos cidadãos de cada território, das responsabilidades atribuídas aos municípios e dos resultados esperados para a cidadania.

Não há por que ser a favor da criação de municípios, se eles não conseguirem se estruturar para cumprir suas funções no nosso federalismo. Da mesma forma, a coerência recomenda que não sejamos contra essa criação se eles estiverem aptos a assumir tal papel. Não se trata de uma questão de aritmética, até porque não existe número “mágico” a esse respeito. A Alemanha tem 12 mil municípios; a Índia, cerca de 400 mil. A França, que é um país unitário, possui 36 mil; a Espanha, 28 mil.

O caso brasileiro possui a peculiaridade de ter reconhecido os municípios como entes federados. Apostamos em um modelo de governança de nossas políticas públicas pelo qual os governos devem estar o mais próximo possível dos cidadãos. Algumas regiões promoveram a proliferação de municípios de forma desordenada, primeiro, na virada dos anos 1940 para 1950; depois, entre 1988 e 1996. Foi importante, desde então, que o problema se encaminhasse para uma

solução que não poderia ser, simplesmente, nem a liberalidade total, nem chutar a escada — ou seja, proibir novos municípios, mesmo havendo razões de sobra para que eles existam.

O grande mérito da proposta aprovada no Congresso foi definir critérios que estabeleceriam limites dentro do razoável. Limites de população, pois municípios muito pequenos são proporcionalmente muito caros de manter. Pela primeira vez na história deste país, haveria um número mínimo de habitantes a justificar a existência de um novo município. Tivesse isso sido feito antes, hoje não teríamos municípios nanicos.

Não seria fácil criar uma municipalidade. O texto exigia uma iniciativa popular só para que o assunto fosse debatido. Requeria um estudo de viabilidade para que a proposta pudesse ser votada. Finalmente, apenas um plebiscito amplo permitiria a criação. Quem acompanhou o recente plebiscito (2012), que impediu a divisão do estado do Pará, percebeu que, se há pessoas a favor de se dividir uma unidade da Federação, há outras que são contrárias. As razões costumam ser fortes de ambos os lados.

A ideia de República implica que as decisões sejam precedidas por regras criteriosas, e seu resultado final seja fruto de um processo democrático e transparente. Criar municípios custa dinheiro, mas não criá-los, também. Todavia, o que custa mais caro em nossa República é a interdição do debate e a substituição de argumentos e estudos técnicos por dogmas, estigmas e tabus.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.dfgabr.com.br

Obscurantismo no século 21

Então, fica combinado assim. Invadir e depredar propriedade privada parece que é permitido. Frente de Libertação Animal é o nome do grupo que tomou o laboratório de pesquisa Royal. Ao reincidir no crime de depredação e invasão de propriedade particular, o grupo deixa um recado claro à sociedade: a inoperância da Justiça e o pouco caso das autoridades serviram como um incentivo a mais para nova ação. Desta vez, não satisfeito com os resultados da primeira invasão, o bando destruiu completamente o laboratório, agredindo e roubando os vigilantes, não poupando nem os carros da empresa. O laboratório já havia confirmado que, devido aos elevados prejuízos com a danificação de equipamentos de alto valor, como microscópios e outros aparelhos de pesquisa, encerraria as atividades naquela região. Para os pesquisadores, o pior prejuízo foi a perda de anos de pesquisas científicas. Em países mais civilizados, os laboratórios de pesquisa são considerados verdadeiras áreas de segurança, blindadas não só pelos perigos de vazamento de substâncias nocivas ao ser humano, mas, sobretudo, pela importância que essas pesquisas têm para o país e o progresso das ciências como um todo.

Ao agir com o propósito de fazer justiça com as próprias mãos, os “ativistas” repetem o que já foi feito no laboratório de pesquisas da Aracruz, onde décadas de trabalho científico, com o melhoramento de espécies botânicas, foram completamente arruinadas e não se conhece um só caso de punição pelo vandalismo. Da próxima vez, quem garante que esse e outros grupos do gênero não vão destruir os laboratórios de Manguinhos, do Butantã, da Embrapa, da Fiocruz, das universidades, entre outros? Tão incrível como a repetição desses atos, que afrontam a sociedade, é a constatação de que nem a Justiça é capaz de barrar o avanço do obscurantismo. No Brasil, não se pode esperar muito do Estado. Se ele não consegue controlar organizações criminosas dentro das cadeias, imagina nas ruas!

»» A frase que foi pronunciada

“Se o Brasil mudou, não deixou o endereço.”

Alessandro Carvalho, no portal Os Vigaristas.

Favelas

» Áreas das favelas no Rio estão em desvantagem. Estando perto do mar, são prejudicados moradores e usuários do túnel. Entregue ao controle, a polícia não possui armas tão sofisticadas como as que recebem na parte suja do mar. Está na hora de se impor ordem e salvar o perigo dos cariocas.

Participação

Lei obriga planos de saúde a pagar o tratamento domiciliar contra o câncer com remédio de uso oral. A notícia foi publicada no *Jornal do Senado*. A senadora Ana Amélia apresentou dados interessantes. Cerca de 40% dos tratamentos oncológicos empregam medicamentos de uso domiciliar e, em 15 anos, 80% dos casos poderão ser tratados em casa. Esse é um resultado da audiência pública que aconteceu em 2011. Forma séria de cidadania que dá resultados para o país.

Contra a corrupção

» Ninguém retira o pé da estrada, e haja força humana ou governamental para a manutenção da sociedade sem corrupção. É o pensamento do diplomata Roberto Abdenur. Homem que conhece o mundo.

Emprestada

» Zezinho do Plenário tem uma caneta que há mais de 30 anos passeia pelo Senado. Já assinou documentos importantes

e anotor lembretes que mudaram os rumos do país. Deve ter sido uma tarefa hercúlea mantê-la no bolso por tanto tempo.

Passado

» Aborrecimentos à parte, o toldo na entrada do aeroporto lembra o primeiro aeroporto da cidade. Coisas boas ficaram no passado. A facilidade de ver os aviões estacionarem, a banca de revistas e as músicas orquestradas que não calavam. A Inframérica informa que a verba aplicada até a Copa do Mundo vai chegar a R\$ 900 milhões.

Sem educação

» Escolas do DF são tímidas em valorizar as bibliotecas. Em alguns colégios, a biblioteca é lugar para ficar de castigo; em outros, é terminantemente proibido levar livro para casa.

Novidade

» Juristas reunidos para a atualização da Lei de Execuções Penais vão trazer uma novidade que pode revolucionar o sistema carcerário brasileiro. Poderá haver lotação contabilizada proibindo a entrada de condenados além do número permitido. Se um bandido ficar fora da cadeira por falta de espaço, os gestores serão responsabilizados. O sistema também terá que adotar medidas mais inteligentes para punir os crimes menos graves. Será dado um período para que os governos se preparem para a transição.

»» História de Brasília

O concurso para o Senado, que deveria ser realizado em agosto próximo, saiu da pauta. Não se fala mais. (Publicado em 4/7/1961)